

POR QUE A ANTROPOLOGIA DEVE ESTUDAR OS BEBÊS?

WHY SHOULD ANTHROPOLOGY STUDY BABIES?

Emilene Leite de Sousa*
Fernanda Müller**

Algumas perguntas provocativas têm sido levantadas ao longo dos anos para destacar uma lacuna na literatura antropológica, tais como: “Pode haver uma antropologia das crianças?” (HARDMAN, 1973), “Os bebês têm religião?” (GOTTLIEB, 1998), “Por que os antropólogos não gostam de crianças?” (HIRSCHFELD, 2002) e “Os bebês têm cultura?” (TOREN, 2004). Essas questões se conectam com a reflexão proposta por Alma Gottlieb (2000) sobre o lugar quase inexistente ou negligenciado dos bebês nas pesquisas antropológicas, que historicamente não os têm reconhecido como sujeitos plenos.

Diante de tantas perguntas que apontam para a ausência e a falta de estudos centra-

dos nos bebês, a resposta para a pergunta do título deste dossiê – “Por que a Antropologia deve estudar os bebês?” – torna-se evidente: estudar os bebês não apenas revela aspectos fundamentais da sociedade e da cultura, mas também desafia as fronteiras tradicionais da disciplina. Reconhecendo o papel central dos bebês na construção das relações sociais, a Antropologia pode oferecer contribuições teóricas significativas, ampliando a compreensão dos processos envolvidos na cultura e nas práticas humanas.

Ao estudar os bebês, torna-se possível observar como as relações sociais são produzidas desde o início da vida, revelando dimensões que ainda não são devidamente compreendidas pela disciplina. No entanto,

* Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz, Maranhão, Brasil. E-mail: emilene.sousa@ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2608-6677>.

** Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: fernanda.muller@unirio. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1788-8662>.

para que isso ocorra, a Antropologia precisa se preparar metodologicamente para incluir os bebês em suas investigações, garantindo uma análise mais precisa dessas relações. Este dossiê promove reflexões sobre a inclusão dos bebês nas pesquisas antropológicas, considerando aspectos teóricos, éticos e metodológicos, e buscando explorar novas formas de observação e interação com os bebês, a fim de aprimorar tanto a teoria quanto os métodos e técnicas.

A aproximação ao bebê - esse “outro” ainda negligenciado - pode ser facilitada por dispositivos que nos tornam mais sensíveis para “ouvir, olhar e escrever”, como defendeu Cardoso de Oliveira (1996). A pesquisa sistemática sobre as relações e vínculos construídos desde o nascimento pode ajudar a enfrentar essa lacuna na literatura, fornecendo respostas a questões ainda em aberto, tais como sobre a sua posição: “mais próximos dos animais ou dos não-humanos?” (PIRES e SARAIVA, 2019, p. 10).

Os textos aqui apresentados fornecem importantes contribuições para os estudos sobre e com bebês, seja trazendo à tona categorias caras à antropologia - como corpo e pessoa -, seja reconhecendo sua potência criativa ou registrando a invisibilidade deles nos desenhos de políticas públicas, a despeito de sua acentuada presença.

Seriam os bebês suficientemente humanos para merecer o estatuto de pessoa? A resposta a essa pergunta é explorada no artigo que inaugura o dossiê, intitulado “*Metade bebê e metade pessoa*”: *a pesquisa antropológica com bebês à luz das categorias corpo e pessoa*, de Emilene Sousa e Fernanda Müller. O trabalho parte do pressuposto de que o corpo do bebê, sendo seu único recurso de experimentar e aprender sobre o mundo, deve ser considerado central nas pesquisas antropológicas. O desenvolvi-

mento desse tipo de pesquisa, segundo as autoras, só é possível por meio da interação de etnógrafa e bebê, mediada pelo corpo. Ao desenvolverem esse argumento, as autoras conectam a noção de corpo à de pessoa - tanto nos estudos clássicos da antropologia quanto nos da etnologia indígena no Brasil -, revelando o complexo processo de construção do estatuto de pessoa do bebê em nossa sociedade.

Gabriela Najara Zonin Franz e Ceres Brum são autoras de *No quintal-mundo, as miríades da percepção: considerações etnográficas em horizontalidade com bebês e crianças pequenas na escola*. As autoras problematizam a conduta etnográfica nas pesquisas com bebês e crianças pequenas, no intuito de dar visibilidade às minúcias da relação entre bebês e crianças pequenas no/com o quintal da escola. Baseando-se na antropologia ecológica de Ingold, o quintal é investigado como um espaço propício para as experiências e descobertas desses sujeitos. Por meio de uma experiência etnográfica marcada pela horizontalidade, o objetivo é ampliar a discussão teórico-metodológica dos estudos sobre bebês e crianças pequenas, considerando suas próprias perspectivas.

O que pode o bebê? de Leandro Andrade, Bruna Lima Santos, Ketiene Moreira da Silva e Anete Abramowicz, é um ensaio filiado à filosofia da diferença, que se dedica a pensar como a fonte de existência dos bebês repousa em uma multiplicidade de possíveis que, por meio de encontros, atualizam e concretizam modos de vida singulares em movimentos que expressam suas potências criativas. Fazendo uso das noções de forças ativas e reativas de Nietzsche e das categorias agir e inquerer de Fernand Deligny, os autores - por meio da observação e da cartografia - traçam “as forças

e agenciamentos que se anunciam pelos afe(c)tos no movimento-vida dos bebês”. Essa abordagem propõe uma reflexão sobre as potencialidades dos bebês, contribuindo para a Antropologia ao expandir as discussões sobre como os bebês interagem com o mundo e como essas interações podem ser mapeadas e compreendidas em termos de agenciamentos e afetos.

Annelise Caetano Fraga Fernandez, Patrícia dos Santos Serrão e Miriam de Oliveira Santos, no artigo *Sobre bebês e escolhas alimentares: o que pensam as avós*, analisam as mudanças na introdução alimentar dos bebês, ao longo dos anos, a partir da perspectiva das avós. Por meio de revisão bibliográfica e análise de entrevistas realizadas com avós da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, as autoras abordam as formas de aprendizado, as relações mãe/filha e sogra/nora, além das práticas, técnicas e tipos de alimentos selecionados. Privilegiando o ponto de vista das avós, as autoras apresentam uma contribuição sobre as transformações nos padrões alimentares e na construção social do gosto, fornecendo um diálogo entre estudos da criança e da alimentação.

O artigo de Celiane Oliveira dos Santos e Iza Rodrigues da Luz, intitulado *“Pode entrar, desculpa a bagunça, com bebê é assim...”: questões éticas e teórico-metodológicas acerca da pesquisa com mulheres-mães de bebês do campo*, trata de questões ético-metodológicas na pesquisa com mulheres-mães de bebês em uma comunidade de pescadores artesanais no litoral cearense. As autoras discutem os caminhos percorridos para a identificação, aproximação e interação com essas mulheres, destacando as particularidades de fazer pesquisa em áreas rurais. Ressaltam que a entrevista semiestruturada evidencia os papéis ativos tanto das pesquisadoras quanto das participantes,

além de como o estilo de interação define a qualidade das informações, especialmente no caso de mulheres-mães de bebês. O estudo contribui para a antropologia ao enfatizar a importância de uma abordagem ética e sensível às condições das participantes, oferecendo *insights* sobre as dinâmicas familiares, de gênero e cuidado em contextos rurais.

No artigo *A invisibilidade dos bebês como sujeitos de direito na Lei e nos programas de combate às uniões prematuras e gravidez precoce em Moçambique*, Marina Di Napoli Pastore e Flávia Ferreira Pires exploram como as políticas de combate às uniões prematuras em Moçambique ignoram os bebês frutos dessas uniões. A investigação parte da participação de uma das autoras em um projeto na região central do país e avança ao discutir a necessidade de incluir os bebês como sujeitos de políticas públicas. As autoras defendem que uma cidadania inclusiva deve contemplar os interesses e necessidades dos bebês, indo além de abordagens que os tratam apenas em termos de saúde ou estatísticas de mortalidade.

Para a seção Tradução, resgatamos um texto clássico de Franz Boas, um tanto esquecido, “Instabilidade dos Tipos Humanos”, publicado originalmente em 1911. Nele, Boas desafia as noções prévias de determinismo racial e hereditariedade, destacando a influência do ambiente no desenvolvimento das crianças. Passados mais de 100 anos daquele argumento, a propósito, revolucionário, o que ele ainda nos ajuda para pensar a antropologia hoje? E como se atualiza? Ao ressaltar a plasticidade humana, Boas não apenas abre caminho para estudos posteriores sobre a interação de genética e ambiente, mas também contribui para o entendimento de que a infância é marcada por transformações profundas, e se ajusta tanto a fatores biológicos quan-

to culturais. Ao considerar as variações nos padrões de crescimento entre crianças de diferentes contextos geográficos e sociais, Boas nos ajuda a pensar na importância de abordagens integradas no estudo da infância, das crianças e do desenvolvimento infantil na Antropologia.

Para discutir as contribuições de Franz Boas à antropologia dos bebês, Luiz E. Abreu, no artigo *A xícara de chá e os bebês*, propõe que as ideias de Boas precisam ser ampliadas para abordar os limites do conhecimento antropológico e o caráter indizível da alteridade dos bebês. Utilizando a metáfora da xícara de chá, o autor sugere que os bebês representam uma forma de alteridade que desafia as categorias tradicionais da antropologia, exigindo novas formas de compreensão e análise. A contribuição do trabalho reside na proposição de que o encontro antropológico com os bebês envolve não apenas a observação e a descrição, mas o reconhecimento de que há algo miraculoso e indizível nesse encontro. A experiência pessoal do autor como pai exemplifica essa relação, sugerindo que a antropologia dos bebês deve ser uma investigação sobre os limites do que podemos dizer e compreender.

Portanto, este dossiê destaca a relevância de uma antropologia voltada para os bebês, ao oferecer novas perspectivas teóricas e metodológicas que mostram que a inclusão dos bebês nas pesquisas pode enriquecer a antropologia, revelando dimensões pouco exploradas das relações sociais e culturais. Com isso, reafirma-se que os bebês, longe de serem figuras marginais, possuem um papel central na construção de vínculos e na configuração de práticas culturais, sendo imprescindível reconhecê-los como sujeitos plenos de pesquisa, ou melhor, pessoas.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579/109656>.
- GOTTLIEB, A. Do infants have religion? The spiritual lives of Beng babies. *American Anthropologist*, v. 100, n. 1, p. 122-135, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1525/aa.1998.100.1.122>.
- GOTTLIEB, A. Where have all the babies gone? Toward an anthropology of infants (and their caretakers). *Anthropological Quarterly*, v. 73, n. 3, p. 121-132, 2000.
- HARDMAN, C. Can there be an anthropology of children? *Journal of the Anthropological Society of Oxford*, v. IV, n. 2, p. 85-99, 1973.
- HIRSCHFELD, L. A. Why don't anthropologists like children? *American Anthropologist*, v. 104, n. 2, p. 611-627, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1525/aa.2002.104.2.611>.
- PIRES, F. F.; SARAIVA, M. R. Enquanto houver bebês, há esperança. *Áltera*, v. 1, n. 8, p. 09-13, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2447-9837.2019v1n8.46821>.
- TOREN, C. Do babies have culture? *Anthropological Quarterly*, v. 77, n. 1, p. 167-179, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1353/anq.2004.0014>.